



CRONOLOGIA FUNDO HOSPITAL NOSSA SENHORA DE LOURDES

Período de apuração

Agosto 2025



Relatório de processo

0041314-87.2018.8.26.0100

TJSP: 35ª Vara Cível do Foro Central

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (REVISIONAL
2011)



AUTOR
FII HNSL

RÉU
**HOSPITAL NOSSA SENHORA
DE LOURDES**



RESUMO DO PROCESSO:

Trata-se de cumprimento de sentença instaurado pelo Fundo, para recebimento dos valores fixados na ação 0228774-67.2011.8.26.0100 (Revisional de 2011) ajuizada pelo Hospital (Rede D'Or) - fixação de aluguel no valor de R\$1.261.546,50 em sentença. Aqueles incontroversos foram recebidos e distribuídos aos cotistas (R\$5.429.201,02 em Junho/2020). Existe valor controvertido depositado em juízo, nos patamares de R\$1.5M, do qual o Fundo é credor, mas que se encontra em fase de perícia contábil judicial para apuração. Rede D'Or requereu a relação integral de depósitos efetuados nas contas bancárias de titularidade do FII Nossa Senhora de Lourdes ao longo dos anos de 2011 e 2012.

ÚLTIMO ANDAMENTO AÇÃO:

11.02.2025 Rede D'Or requereu a relação integral de depósitos efetuados nas contas bancárias de titularidade do FII Nossa Senhora de Lourdes ao longo dos anos de 2011 e 2012.



0041314-87.2018.8.26.0100

Histórico do processo

- **20.08.2018** – Determinação de intimação do Hospital para pagar o valor relativo à diferença entre o valor do aluguel efetivamente pago a título provisório, e o valor definido em sentença exarada no processo 0228774-67.2011.8.26.0100.
- **06.09.2018** – Apresentada, pelo Hospital, impugnação ao cumprimento de sentença.
- 24.09.2018 – Fundo apresentou sua manifestação acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.
- **18.10.2018** – Manifestação do Fundo, requerendo a liberação do valor incontroverso, já depositado nos autos.
- **19.12.2018** – Publicada decisão do Juízo, determinando o envio do processo ao contador para apuração do real valor da execução. Na mesma ocasião, o Juízo negou o pedido do Fundo para levantamento dos valores incontroversos até a conclusão final dos recursos, exceto se o Fundo garantir em juízo o valor a ser levantado.
- **31.01.2019** – Juntada do recurso (Agravo de Instrumento) interposto pelo Fundo contra decisão que o impediu de levantar os valores incontroversos.
- **13.03.2019** – Recurso (Agravo de Instrumento) julgado procedente, para determinar o levantamento do valor incontroverso.
- **02.05.2019** – Despacho autorizando o mandado de levantamento do valor incontroverso.
- **05.06.2020** – Levantamento do valor incontroverso. Aguardando remessa do processo ao contador judicial para análise do controverso.
- **20.08.2020** – Remessa dos autos à contadoria.
- **06.11.2020** – Autos recebidos da contadoria, com a informação de que não possuem condições de realizar os cálculos, sugerindo a designação de um perito contábil.
- **10.11.2020** – Pedido do Hospital, para designação de audiência conciliatória.
- **17.11.2020** – Pedido do Fundo, para designação de perito contábil.
- **20.11.2020** – Petição do Hospital, requerendo que o Fundo arque com as despesas periciais.
- **22.11.2021** – Determinação de intimação do perito contábil. Honorários deverão ser arcados por ambas as partes. Intimação das partes para indicação de assistente técnico.
- **16.12.2021** – Apresentação de quesitos e assistentes pelas partes
- **14.02.2022** – Processo encaminhado para o perito judicial.
- **11.05.2022** – Apresentação da proposta de honorários do perito judicial.
- **24.05.2022** – Ambas as partes concordam com a proposta de honorários do perito judicial.

- **07.07.2022** – O escritório Correia, Fleury, Gama e Silva Advogados assumiu o patrocínio deste processo na referida data.
- **20/07/2022** – Apresentada manifestação pelo Fundo, requerendo a expedição do mandado de levantamento do valor de R\$5.069.865,56
- **17/08/2022** – Proferido despacho, (i) fixando os honorários periciais em R\$ 16.800,00 e (ii) concedendo a ambas as partes o prazo de 05 dias para o depósito.
- **24/08/2022** – Rede D’or apresentou guia e respectivo comprovante de depósito no valor de R\$8.400,00, referente a proporção de 50% dos honorários periciais.
- **12/09/2022** – Fundo apresentou comprovante do depósito de R\$8.400,00 valor equivalente a 50% dos honorários periciais, assim como substabelecimento de novo patrono.
- **23/09/2022** – Encaminhados os autos ao perito.
- **09/11/2022** – Intimação do perito via e-mail para iniciar os trabalhos.
- **24/01/2023** – Juntada de manifestação da Perita, solicitando documentos à Rede D’Or.
- **31/01/2023** – Juntada de substabelecimento por Rede D’Or.
- **10/03/2023** – Proferida decisão que, levando em conta a alteração da representação processual da Rede D’Or, determinou a republicação de decisão anterior, para que a executada apresente os documentos solicitados pela perita em 15 dias.
- **11/04/2023** – Juntada de petição pela Rede D’Or, informando ao Juízo que não foi capaz de localizar os comprovantes relativos aos anos de 2011 e 2012, requeridos pelo perito, por serem anteriores à incorporação do Hospital Nossa Senhora de Lourdes pela Rede D’Or. Na mesma oportunidade, requereu a expedição de ofícios ao Itaú e ao Bradesco, solicitando que forneçam a relação integral de depósitos efetuados nas contas bancárias de titularidade do Fundo.
- **03/10/2023** – Deferida a expedição dos ofícios aos bancos Itaú e Bradesco, para que remetam a este juízo os comprovantes a partir de novembro de 2011 e ao longo do ano de 2012, esclarecendo-se que os referidos depósitos são referentes aos alugueis provisórios determinados na ação de revisão de aluguel de nº 0228774-67.2011.8.26.0100, que o Hospital moveu contra o Fundo.
- **11/11/2023** – Decisão, para a executada comprovar o protocolo do ofício expedido, no prazo de 05 dias, sob pena de preclusão da prova, em seu desfavor.
- **23/11/2023** – Comprovação do protocolo realizada nos autos pela Rede Dor.

- **06/02/2024** – Documento juntado.
- **30/04/2024** – Manifestem-se os interessados quanto à resposta dos ofícios.
- **13/05/2024** – Juntada de petição pelo FII HNSL, requerendo o prosseguimento do presente cumprimento de sentença com a intimação da i. perita para continuidade dos trabalhos com base nos documentos que constam dos autos.
- **13/05/2024** – Juntada de petição pela Rede Do’r, requerendo a expedição de novo ofício ao BANCO ITAÚ S/A, para reiterar a determinação de que apresente a relação integral de depósitos efetuados nas contas bancárias de titularidade do FII HNSL ao longo dos anos de 2011 e 2012, reafirmando que o CNPJ para pesquisa é 14.788.492/0001-36.
- **04/07/2024** – Conclusos para despacho ao juiz.
- **27/08/2024** – Autos conclusos para decisão ao magistrado.
- **08/10/2024** – Retificado o ofício das fls 363/364. Sendo assim, determinada a pesquisa do CNPJ sob o nº 14.788.492/0001-36. O exequente deverá providenciar a impressão e o encaminhamento do ofício, reiterando o requerimento da complementação de dados, e juntar isto ao processo no prazo de 15 dias.
- **31/10/2024** – A Rede D’or juntou nos autos cópia do e-mail enviando o ofício ao Banco Itaú, que requer a relação integral de depósitos efetuados nas contas bancárias de titularidade do FII Nossa Senhora de Lourdes ao longo dos anos de 2011 e 2012.
- **18/11/2024** – Juntada de documento pelo banco Itaú, informando que não foram localizadas movimentações financeiras em contas de titularidade do Fundo no período solicitado.
- **30/01/2025** – Intimação para que o Fundo de investimento se manifeste acerca do documento juntado pelo banco Itaú.
- **11/02/2025** – Rede D’Or requer a expedição de novo ofício ao Itaú e ao Bradesco, dessa vez com um número de CNPJ diferente.
- **09/05/2025** – Conclusos para decisão.



Relatório de processo

0006113-92.2022.8.26.0100

TJSP: 37ª Vara Cível do Foro Central

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (REVISIONAL
2016)



AUTOR

REDE D'OR SÃO LUIZ

RÉU

FII HNSL

RESUMO DO PROCESSO:

Trata-se de cumprimento de sentença pelo Hospital – Rede D'Or, para cobrar diferença entre o valor de aluguel efetivamente pago e o fixado dentro da ação principal revisional de 2016 – diferença de R\$ 27.137.596,79. O Fundo realizou o depósito de todo o valor nominal nos autos, de forma parcelada, impugnando (em recurso) juros, multa e honorários de sucumbência. Sentença, declarando a ineficácia de todas as decisões proferidas, bem como julgando extinto o processo, sem resolução de mérito. Recurso de apelação pela Rede D'Or negado. Pedidos de levantamento de valores por parte da Rede Dor e do advogado. Oposição do Fundo.

ÚLTIMO ANDAMENTO AÇÃO:

14.05.2025 Processo encaminhado para a Coordenadoria de Seção.



0006113-92.2022.8.26.0100

Histórico do processo

- **18/02/2022** – Início da execução/cumprimento pela Rede D’Or, referente ao processo 1079521-12.2016.8.26.0100 (revisional de 2016).
- **22/02/2022** – Emenda à inicial.
- **04/03/2022** – Intimado o devedor a pagar a quantia certa apontada (R\$ 27.137.596,79), devidamente atualizada até a data do efetivo pagamento, no prazo de 15 dias, sob pena de ser acrescido o débito de multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10%.
- **07.03.2022** – Prazo para o Fundo quitar o valor devido.
- **09.03.2022** – Fundo requereu dilação de prazo para quitação do valor total devido. No mesmo momento, foi depositado uma parte do valor.
- **22.04.2022** – Novo pedido de prazo pelo Fundo, para quitação do valor total devido. No mesmo momento, foi depositado mais uma parte do valor.
- **20.05.2022** – Novo depósito realizado pelo Fundo.
- **23.05.2022** – Novo depósito realizado pelo Fundo.
- **26.05.2022** – Ingresso de um interventor de terceiros nos autos – cotista Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner.
- **30.05.2022** – Novo depósito realizado pelo Fundo.
- **02/06/2022** – Decisão judicial, mandando incidir multa de 10% e honorários advocatícios de 10%, além dos encargos da mora previstos no título judicial. Para a análise do pedido de penhora, juiz mandou o exequente juntar nova planilha atualizada do débito, considerando-se todos os depósitos realizados nos autos e as respectivas datas. Sem prejuízo, autorizou o levantamento eletrônico dos valores depositados pelo Fundo, no total de R\$ 22.450.000,00, em favor do Hospital exequente. Indeferiu a inclusão do interessado na qualidade de assistente do executado, posto que é incabível tal modalidade de intervenção de terceiros nesta fase processual.
- **07/06/2022** – Novo depósito realizado pelo FII e quitação da dívida nominal de R\$ 27.137.596,79.
- **30/06/2022** – Fundo apresentou Agravo de Instrumento (2148684-61.2022.8.26.0000) contra decisão que determinou a incidência de juros e multa em relação à dívida (Em 19/07/2022, decisão do TJ, mandando aguardar o julgamento relativo ao agravo de instrumento nº 2149254-47.2022.8.26.0000, interposto pelo cotista do ora agravante contra a mesma decisão – detalhes abaixo).
- **07.07.2022** – O escritório Correia, Fleury, Gama e Silva Advogados assumiu o patrocínio deste processo na referida data.
- **20/07/2022** – Comunicação da decisão liminar no AI Instrumento nº 2149254-47.2022.8.26.0000 interposto pelo cotista – Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner, concedendo efeito suspensivo ao recurso e determinando a suspensão dos valores depositados nos autos.

- **02/09/2022** – Proferido despacho, dando cumprimento ao efeito suspensivo concedido no agravo de instrumento interposto pelo cotista, obstando o levantamento de valores neste processo até julgamento final do recurso.
- **15/09/2022** – Apresentada manifestação pela Rede D’Or, arguindo a ilegitimidade e falta de interesse do cotista Carlos Eduardo Steiner.
- **03/10/2022** – Intimado o Fundo para se manifestar sobre a petição da Rede D’Or.
- **31/10/2022** – Manifestação do Fundo, corroborando a impugnação do cotista, Sr. Carlos Eduardo, e requerendo a nulidade do cumprimento de sentença por violação ao título executivo judicial.
- **31/10/2022** – Manifestação do cotista – Carlos Eduardo, reiterando seus argumentos no sentido de defender a suspensão do cumprimento de sentença, com a devida apuração do valor dos alugueres com base na cláusula proporcional sobre faturamento do Hospital.
- **16/11/2022** – Proferido Acórdão no AI nº 2149254-47.2022.8.26.0000 (interposto pelo cotista Carlos Eduardo Steiner), dando provimento ao recurso, para reconhecer o desajuste entre o título judicial e o cumprimento de sentença, anotando “suspeita de odioso enriquecimento ilícito” por parte da Rede D’Or, que sonega seus balanços ao Fundo.
- **25/11/2022** – intimação da Rede Dor, para se manifestar em 15 dias.
- **28/11/2022** – A Rede Dor opôs embargos de declaração nos autos do Agravo de Instrumento.
- **06/12/2022** – Fundo informou, nestes autos, o provimento dado pelo TJSP ao agravo de instrumento interposto por Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner, cotista do Fundo, reconhecendo a nulidade do presente cumprimento de sentença.
- **18/01/2023** – Iniciado julgamento virtual do recurso de embargos da Rede Dor em AI 2149254-47.2022.8.26.0000.
- **24/01/2023** – Rejeitados os embargos da Rede Dor em sede de AI 2149254-47.2022.8.26.0000.
- **24/01/2023** – Nestes autos, juntada de petição da Rede D’Or, reiterando o teor de suas manifestações anteriores.
- **22/02/2023** – Rede Dor apresentou Recurso Especial nos autos do AI 2149254-47.2022.8.26.0000.
- **02/03/2023** – Proferida sentença que, diante do provimento do Agravo de Instrumento nº 2149254-47.2022.8.26.0000, interposto pelo cotista Carlos Eduardo Steiner, em relação ao qual não pende recurso com efeito suspensivo, (i) declarou a ineficácia de todas as decisões proferidas no cumprimento de sentença, (ii) julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, e (iii) determinou ao Fundo que apresente o Formulário de MLE para que os valores depositados por ele em Juízo possam ser levantados.

- **13/03/2023** – Juntada de petição do advogado Jaques Bushatsky, requerendo reserva de seu suposto crédito referente aos honorários advocatícios a que teria direito.
- **14/03/2023** – Opostos recurso de Embargos de Declaração pela Rede D’Or em face da sentença.
- **20/03/2023** – Proferida decisão que (i) intimou as partes a se manifestar sobre a petição do antigo advogado da Rede D’Or; e (ii) intimou o FII e o Cotista Carlos Eduardo Steiner a responder aos embargos de declaração opostos por Rede D’Or.
- **30/03/2023** – Juntada de petição do Cotista Carlos Eduardo Steiner, em que apresentou sua resposta à petição do antigo advogado da Rede D’Or e, na mesma oportunidade, requereu o não acolhimento dos EDs opostos pela Exequente. Ainda, juntada de petição do Fundo, em que apresentou sua resposta à petição do antigo advogado da Rede D’Or e, na mesma oportunidade, requereu o não acolhimento dos EDs opostos pela Exequente.
- **31/03/2023** – Juntada de petição da Rede D’Or, em que apresentou resposta à petição de seu antigo advogado..
- **08/05/2023** – Não acolhidos os Embargos de Declaração opostos por Rede D’Or.
- **31/05/2023** – Juntada de petição de Jaques Bushatsky, informando a interposição de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo (2134001- 82.2023.8.26.0000).
- **01/06/2023** – Interposto Recurso de Apelação pela Rede D’or.
- **14/06/2023** – Proferida decisão, anotando a interposição do agravo de instrumento, porém mantendo a decisão agravada, bem como intimando o Fundo a apresentar contrarrazões em face da apelação da Rede Dor.
- **10/07/2023** – Apresentadas as contrarrazões de apelação pelo Fundo.
- **20/07/2023** – Remetidos os autos ao TJSP.
- **07/08/2023** – Petição juntada pelo FII se opondo ao julgamento virtual.
- **11/08/2023** – Petição juntada pela Rede Dor se opondo ao julgamento virtual.
- **17/05/2024** – Despacho ordenando o pagamento da diferença do preparo, no prazo de 5 dias, sob pena de deserção.
- **29/05/2024** – Juntada de petição contendo recolhimento do preparo.
- **03/06/2024** – Conclusos para o Relator.
- **18/06/2024** – Interposto recurso Agravo Interno pela Rede Dor, contra decisão que determinou a complementação do preparo.
- **21/06/2024** – Foi iniciado o julgamento virtual do AGInt e, em seguida, retirado de pauta de julgamento virtual.
- **26/06/2024** – Recurso de apelação incluso na pauta de julgamento do dia 04/07/2024.
- **04/07/2024** – Negado provimento ao recurso de apelação da Rede Dor.



0006113-92.2022.8.26.0100

Histórico do processo

- **04/07/2024** – Registrado acórdão que negou provimento ao recurso de Agravo Interno interposto nos autos da apelação, determinando que o valor do preparo deve guardar relação com o proveito econômico.
- **25/07/2024** – Juntada de embargos de declaração pela Rede Dor e pelo FIL. Embargos conclusos ao Relator.
- **08/08/2024** – Juntado nos autos pedido de expedição de mandado de levantamento pela Rede Dor.
- **12/08/2024** – Juntada de petição pelo advogado Jaques Bushatsky nos autos de 1º grau requerendo o levantamento de seus honorários equivalentes a 11% sobre o valor da condenação.
- **14/08/2024** – Juntada de petição pelo FIIHNSL se opondo aos pedidos de levantamento e esclarecendo que não houve determinação para a retomada do cumprimento de sentença.
- **03/09/2024** – Juntada de cópia dos acórdãos relativos ao AI e ARESp 2656133 (já transitados em julgado) nos autos de 1º instância.
- **19/09/2024** – Proferido acórdão rejeitando os embargos de declaração incidentes na Apelação, opostos pela Rede Dor.
- **19/09/2024** – Proferido acórdão rejeitando os embargos de declaração, incidentes no agravo interno, opostos pela Rede Dor.
- **04/10/2024** – Opostos Embargos de Declaração pela Rede D'Or, contra o acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração, alegando não pretender a rediscussão do mérito, mas apenas (i) sanar o erro material, a fim de reconhecer que a r. sentença que determinou a extinção do cumprimento de sentença de origem em razão do que foi decidido no Agravo de Instrumento e; (ii) sanar omissão, reconsiderando o fato novo relativo à reforma do acórdão no STJ, alegando a perda do objeto da apelação, ou, subsidiariamente, que sejam acolhidos os embargos para reconhecer a necessidade de provimento da apelação e reforma da r. sentença, revogando-se a extinção prematura do cumprimento de sentença.
- **17/10/2024** – Apresentada manifestação pela Rede D'Or nos Embargos de Declaração incidentes na Apelação, a fim de informar alegado suposto fato novo, consistente no provimento de seu recurso do STJ, que teria determinado a retomada do cumprimento de sentença.
- **26/02/2025** – Proferido acórdão que rejeita os EDs da Rede D'Or, com a imposição de multa de 2% do valor da causa.
- **14/05/2025** – Processo encaminhado para a Coordenadoria de Seção.



Relatório de processo

2149254-47.2022.8.26.0000

Tribunal de Justiça de São Paulo

AGRAVO DE INSTRUMENTO



AUTOR

**CARLOS EDUARDO DA
COSTA PIRES STEINER**
(cotista)

RÉU

REDE D'OR SÃO LUIZ

INTERESSADO

FII HNSL



RESUMO DO PROCESSO:

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Carlos Steiner, cotista do Fundo, contra decisão que indeferiu seu ingresso no cumprimento de sentença como assistente simples do Fundo e desconsiderou a irregularidade do cumprimento de sentença em descompasso com o título executivo judicial. O recurso teve seu provimento integral. Recurso Especial da Rede D'Or, inadmitido. AgResp da Rede D'Or não conhecido. Embargos de declaração da Rede D'Or acolhidos, para examinar o Resp, negando o AI manejado pelo cotista (negada sua inclusão como assistente). Agravo Interno do Fundo desprovido. Embargos de declaração do Fundo, com impugnação da Rede D'Or, pendente julgamento.

ÚLTIMO ANDAMENTO AÇÃO:

07.11.2024 Autos conclusos para decisão do Ministro Moura Ribeiro..



2149254-47.2022.8.26.0000

Histórico do processo

- **04/07/2022** – Distribuição do Agravo de Instrumento pelo cotista contra decisão que determinou a incidência de juros e multa em relação à dívida de R\$ 27.137.596,79 do Fundo, executada pela Rede Dor em cumprimento de sentença n. 0006113-92.2022.8.26.0100.
- **20/07/2022** – Comunicação da decisão liminar no AI Instrumento nº 2149254-47.2022.8.26.0000 interposto pelo cotista - Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner, concedendo efeito suspensivo ao recurso e determinando a suspensão dos valores depositados nos autos.
- **16/11/2022** – Proferido Acórdão, dando provimento ao recurso, para reconhecer o desajuste entre o título judicial e o cumprimento de sentença, anotando “suspeita de odioso enriquecimento ilícito” por parte da Rede D’Or, que sonega seus balanços ao Fundo.
- **28/11/2022** – A Rede Dor opôs embargos de declaração contra este Acórdão.
- **24/01/2023** – Rejeitados os embargos de declaração da Rede Dor.
- **22/02/2023** – Rede Dor apresentou Recurso Especial.
- **16/03/2023** – Intimação do Fundo a se manifestar em contrarrazões ao REsp.
- **13/04/2023** – Juntada de contrarrazões ao Recurso Especial por Carlos Eduardo Steiner.
- **13/04/2023** – Juntada de contrarrazões ao Recurso Especial pelo Fundo.
- **03/06/2023** – Proferido despacho denegatório de admissibilidade do Recurso Especial interposto pela Rede D’Or.
- **04/07/2023** – Juntada de Agravo em Recurso Especial pela Rede Dor – AREsp nº 2446227.
- **07/07/2023** – Intimação do Fundo para Contraminutar AgResp.
- **01/08/2023** – Juntada de contraminuta pelo Fundo.
- **08/08/2023** – Remessa ao STJ.
- **25/09/2023** – Distribuído por competência exclusiva à Ministra Presidente do STJ.
- **16/10/2023** – Publicada decisão, determinando a regularização processual da parte recorrente, sob pena de não reconhecimento do recurso.
- **01/12/2023** – Conclusos para decisão ao Ministro MOURA RIBEIRO (Relator) – pela SJD.
- **12/04/2024** – Juntada de substabelecimento.
- **06/06/2024** – Agravo interposto não conhecido, ou seja, o recurso interposto não atendeu aos requisitos de admissibilidade.
- **14/06/2024** – Juntada de embargos de declaração pela Rede Dor, com vista à parte embargada para impugnar os embargos.
- **24/06/2024** – Juntada de impugnação aos embargos pelo Fundo.
- **25/06/2024** – Conclusos ao relator.

- **05/08/2024** – Proferida decisão acolhendo os embargos de declaração opostos pela Rede Dor e reconhecendo a apontada omissão relativa à existência de substabelecimento. Assim, o AREsp foi conhecido e foi realizado exame do recurso especial, que foi provido para o fim de negar provimento ao agravo de instrumento manejado por CARLOS EDUARDO DA COSTA PIRES STEINER, mantendo, assim, a decisão que indeferiu seu pedido de inclusão como assistente simples na fase de cumprimento de sentença iniciada contra o FII HNSL, da qual é acionista.
- **09/08/2024** – Interposição de Agravo Interno pelo FII HNSL
- **12/08/2024** – Dada vista à parte agravada para impugnação do Agravo Interno.
- **28/08/2024** – Juntada de petição por CARLOS EDUARDO DA COSTA PIRES STEINER.
- **02/09/2024** – Juntada de impugnação do AInt pela Rede Dor.
- **26/09/2024** – Agravo Interno incluído na pauta do dia 08/10/2024.
- **14/10/2024** – Desprovido o Agravo Interno do FIIHNSL, mantendo-se a decisão agravada.
- **23/10/2024** – Juntada de Embargos de Declaração pelo Fundo.
- **24/10/2024** – Aberta vista à parte embargada (Rede Dor) para impugnar os Embargos.
- **06/11/2024** – Petição de impugnação aos Embargos, juntada pela Rede Dor.
- **07/11/2024** – Autos conclusos para decisão do Ministro Moura Ribeiro.
- **23/05/2025** – Dr Octavio Weickert requereu exclusão do polo, visto que não é mais representante do Fundo.



Relatório de processo

1010856-31.2022.8.26.0003

TJSP: 4ª Vara Cível do Foro Regional III – Jabaquara

REVISIONAL DE ALUGUEL



AUTOR

REDE D'OR SÃO
LUIZ S.A

RÉU

FII HNSL



RESUMO DO PROCESSO:

Trata-se de nova ação revisional de aluguel (ajuizada após o trânsito em julgado da revisional 1079521-12.2016.8.26.0100), proposta por Rede D'Or São Luiz contra o Fundo. Sentença extinguindo o processo pela falta de interesse processual diante da recusa do autor em apresentar os demonstrativos financeiros. Apelação da Rede D'Or negada. Rede D'Or interpôs Recurso Especial, inadmitido. AgResp pela Rede D'Or negado. Agravo interno pela Rede D'Or, pendente julgamento. Suspensão do processo diante da possibilidade de composição entre as partes.

ÚLTIMO ANDAMENTO AÇÃO:

25.08.2025 Suspensão do processo diante da possibilidade de composição entre as partes.

Período do relatório
Agosto 2025



1010856-31.2022.8.26.0003

Histórico do processo

- **23.05.2022** – Distribuição da ação pela Rede D’Or São Luiz, para restabelecimento do aluguel ao patamar justo e compatível com as práticas de mercado, referente ao imóvel localizado na Rua das Perobas, nº 344, Jabaquara, São Paulo – SP, indicando como justa a quantia mensal de R\$ 1.301.000,00, pois hoje consta aluguel de R\$ 2.142.474,79..
- **24/05/2022** – Decisão inicial do juiz, indeferindo, por agora, a redução liminar do valor locatício, eis que há necessidade de apuração acerca do mencionado descompasso entre o aluguel atual e o valor de mercado.
- **02/06/2022** – Contratação de novo escritório – CORREIA, FLEURY, GAMA E SILVA ADVOGADOS, para representar o Fundo.
- **06/06/2022** – AR Positivo – citação do Fundo.
- **29/06/2022** – Defesa (contestação) juntada pelo Fundo.
- **25/07/2022** – Réplica apresentada pelo Hospital.
- **25/07/2022** – Fundo intimado para se manifestar acerca dos novos documentos trazidos pelo Hospital.
- **18/08/2022** – Apresentada manifestação pelo FUNDO, pugnando pela extinção da ação e reiterando os pedidos de produção de prova indicados na contestação.
- **19/08/2022** – Proferido despacho, requerendo que as partes especifiquem as provas, bem como informem se tem interesse em audiência de conciliação.
- **25/08/2022 e 08/09/2022** – Apresentada especificação de provas pela Rede D’Or e pelo Fundo, respectivamente.
- **13/09/2022** – Proferida Sentença, extinguindo o processo sem resolução do mérito, por carência de ação, em razão do não transcurso do prazo trienal do ajuizamento da ação revisional, bem como por falta de interesse processual, diante da recusa do autor em apresentar os demonstrativos financeiros. Ainda, a Autora foi condenada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios ao patrono do réu, no percentual de 10% sobre o valor atualizado da causa.
- **05/10/2022** – Interposto Recurso de Apelação pela Rede D’Or.
- **07/10/2022** – Intimado o Fundo para apresentar suas Contrarrrazões ao Recurso de Apelação da Rede D’Or.
- **07/11/2022** – Juntada de Contrarrrazões pelo Fundo.
- **13/12/2022** – Recurso de Apelação distribuído à 35ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. Gilson Delgado Miranda.
- **17/01/2023**, Decisão do Relator, liberando o recurso para julgamento virtual.
- **19/01/2023**, Juntada de petição pelo Fundo, opondo-se ao julgamento virtual.

- **19/01/2023**, Processo retirado de pauta de julgamento virtual. Encaminhado para o setor de processamento.
- **01/02/2023**, Processo incluído na pauta de julgamento para a Sessão do dia 13.02.2023.
- **13/02/2023**, Julgamento realizado. Proferida decisão em que a 35ª Câmara não conheceu do recurso e determinou sua redistribuição ao Des. Caio Marcelo, da 32ª Câmara de Direito Privado.
- **23/02/2023** – Publicado acórdão que não conheceu do recurso e determinou sua redistribuição por verificação de prevenção.
- **27/02/2023** – Juntada de petição do FII, requerendo a redistribuição do feito por reconhecimento de prevenção ao Des. Caio Marcelo Mendes de Oliveira, da 32ª Câmara de Direito Privado, especialmente diante de recente decisão do TJ-SP em outro caso do HNSLU.
- **10/04/2023** – Juntada de petição de oposição ao julgamento virtual por Rede D’Or.
- **17/04/2023** – Juntada de petição de oposição ao julgamento virtual pelo Fundo.
- **14/03/2024** – Voto proferido. À mesa.
- **18/03/2024** – Inclusão em pauta – 04/04/2024.
- **04/04/2024** – Negado provimento ao recurso de apelação da Rede Dor.
- **16/04/2024** – Embargos de declaração opostos por Rede Dor.
- **13/05/2024** – Expedido Relatório de voto virtual dos Embargos de Declaração. Julgamento Virtual Iniciado.
- **20/05/2024** – Embargos de Declaração rejeitados.
- **18/06/2024** – Interposto Recurso Especial pela Rede Dor.
- **20/06/2024** – Intimado o Fundo para contrarrazoar.
- **17/07/2024** – Juntadas as contrarrrazões interpostas pelo Fundo.
- **18/07/2024** – autos encaminhados para a Coordenadoria da Seção.
- **16/08/2024** – Recurso Especial interposto pela Rede Dor inadmitido.
- **11/09/2024** – Juntada de Agravo em Recurso Especial pela Rede Dor.
- **12/09/2024** – Vista ao Fundo para oferecer resposta ao Agravo em Recurso Especial interposto pela Rede Dor.
- **18/09/2024** – Juntada de contraminuta pelo Fundo.
- **27/09/2024** – Decisão agravada mantida, com remessa dos autos ao STJ. AREsp autuado sob o nº 2757933 / SP.
- **03/10/2024** – Distribuído e conclusos por competência exclusiva ao Ministro presidente do STJ.
- **22/10/2024** – Redistribuído por sorteio, em razão de agravo interno, ao Ministro Humberto Martins, da 3ª Turma.

- **04/11/2024** – O MP foi intimado da redistribuição do feito.
- **13/12/2024** – Juntada de petição de substabelecimento.
- **21/03/2025** – Decisão monocrática, que negou provimento ao AResp da Rede Dor.
- **11/04/2025** – Rede D’Or interpõe agravo interno contra decisão monocrática.
- **24/04/2025** – FII HC apresenta resposta ao agravo interno da Rede D’Or.
- **25/04/2025** – Ministério Público Federal intimado.
- **21/05/2025** – Incluído em pauta para julgamento dia 10/06/2025.
- **24/06/2025** – Conclusos para o ministro Humberto Martins.
- **25/08/2025** – Suspensão do processo diante da possibilidade de composição entre as partes.



Relatório de processo

1082148-76.2022.8.26.0100

TJSP: 1ª Vara Cível do Foro Regional III – Jabaquara

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL



AUTOR
FII HNSL

RÉU
REDE D'OR SÃO LUIZ S.A



RESUMO DO PROCESSO:

Trata-se de ação de execução de contrato de aluguel de imóvel, ajuizada pelo FII HNSL em face de Rede D'Or (Hospital da Rede D'Or São Luiz – Unidade Jabaquara). Sentença judicial, extinguindo o processo diante do reconhecimento da prescrição. Apelação pelo Fundo, não conhecida e enviada à redistribuição. Embargos declaração da Rede D'Or rejeitados. Resp da Rede D'Or, inadmitido. AgResp pela Rede D'Or, pendente julgamento no STJ.

ÚLTIMO ANDAMENTO AÇÃO:

21.08.2024 Autos conclusos para decisão ao Ministro Antônio Carlos Ferreira, 4ª Turma recursal do STJ.

Período do relatório
Agosto 2025



1082148-76.2022.8.26.0100

Histórico do processo

- **04.08.2022** – Distribuição da ação pelo FII HNSL em desfavor da Rede D’Or, para executar contrato de aluguel através do qual o FII HNSL aluga à Rede D’Or imóvel onde funciona o Hospital da Rede D’Or São Luiz – Unidade Jabaquara. Nos termos da cláusula 4.1 do Contrato, comparando o aluguel provisório da ação revisional nº 1079521-12.2016.8.26.0100 com o percentual de 8% da receita bruta do Hospital nos meses de agosto de 2016 a maio de 2017 (com base nos valores informados pela própria Rede D’Or), verifica-se que o aluguel percentual foi maior neste período, sendo assim o aluguel devido, posto que não fora objeto de revisão judicial. Assim, o Fundo pleiteia uma diferença acumulada e atualizada no importe nominal de R\$ 5.282.398,78.
- **16/08/2022** – Apresentada manifestação pelo Fundo, esclarecendo os motivos da distribuição perante o Foro Central e informando que não se opõe à redistribuição do processo ao Foro Regional do Jabaquara.
- **19/08/2022** – Proferido despacho, ordenando a redistribuição do feito ao Foro Regional de Jabaquara.
- **12/09/2022** – Sentença proferida, julgando extinto o feito com resolução do mérito diante do reconhecimento da prescrição.
- **04/10/2022** – Interposta Apelação pelo FII HNSL, com pedido de retratação.
- **14/10/2022** – Juiz manteve sua sentença, determinando a intimação da Rede D’Or a apresentar suas contrarrazões.
- **25/10/2022** – Juntada de AR positivo de citação da Rede D’or.
- **07/12/2022** – autos remetidos ao TJSP.
- **08/12/2022** – petição do Fundo, requerendo a prevenção ao Des. Caio Marcelo Mendes de Oliveira, da 32ª Câmara de Direito Privado.
- **17/01/2023** – Distribuição por Sorteio – 25ª Câmara de Direito. Relator: Carmen Lucia da Silva.
- **23/01/2023** – Juntada de petição de oposição ao julgamento virtual pela Rede D’Or.
- **01/02/2023** – Juntada de petição de oposição ao julgamento virtual pelo Fundo.
- **27/02/2023** – Juntada de petição do FII, requerendo a redistribuição do feito por reconhecimento de prevenção ao Des. Caio Marcelo Mendes de Oliveira, da 32ª Câmara de Direito Privado, especialmente diante de recente decisão do TJ-SP em outro caso do HNSLU.
- **23/03/2023** – Juntada de petição intermediária da Rede D’Or, buscando refutar o pedido do Fundo de distribuição por prevenção à 32ª Câmara de Direito Privado.
- **30/05/2023** – Julgamento virtual iniciado.

- **06/06/2023** – Retirado do julgamento virtual.
- **28/11/2023** – Processo em pauta para o dia 07/12/2023.
- **07/12/2023** – Julgamento, não conheceram do recurso e determinaram a remessa dos autos para redistribuição.
- **30/01/2024** – Juntada de embargos de declaração.
- **15/02/2024** – Tribunal rejeitou os embargos.
- **14/03/2024** – Interposto Recurso Especial pela Rede Dor, frente à rejeição dos embargos.
- **18/03/2024** – Intimação do Fundo para contrarrazões ao REsp.
- **15/04/2024** – Juntada de contrarrazões pelo Fundo.
- **23/05/2024** – Inadmitido o REsp da Rede Dor.
- **20/06/2024** – A Rede Dor apresentou Agravo em Recurso Especial contra decisão que inadmitiu o recurso ora apresentado, o REsp.
- **21/06/2024** – Intimação ao Fundo para manifestar-se do Agravo.
- **18/07/2024** – Juntada de contraminuta do Fundo ao AResp.
- **22/07/2024** – Mantida a decisão de inadmitir o REsp.
- **24/07/2024** – autos remetidos ao STJ.
- **30/07/2024** – distribuído por competência exclusiva à Ministra Presidente do STJ e conclusos para decisão ao relator (Presidente do STJ).
- **21/08/2024** – Autos redistribuídos e estão conclusos para decisão ao Ministro Antônio Carlos Ferreira, 4ª Turma recursal.
- **13/12/2024** – Juntada de petição de substabelecimento.
- **13/03/2025** – Juntada de petição de substabelecimento.



Relatório de processo

1180567-97.2023.8.26.0100

TJSP: 6ª Vara Cível do Foro Regional III – Jabaquara

ANULATÓRIA



AUTOR

**HOSPITAL SÃO
LUIZ JABAQUARA**

RÉU

FII HC e FII HNSL



RESUMO DO PROCESSO:

Trata-se de ação proposta pela Rede D'Or buscando a anulação da cláusula 4.1 do contrato de aluguel que institui a cobrança do aluguel percentual sobre o faturamento. Processo julgado com a improcedência total dos pedidos. Apelação juntada por ambas as partes. Rede D'Or e Fundos apresentaram parecer jurídico. A pedido das partes, o feito foi suspenso por 30 dias, para nova inclusão em pauta de julgamento.

ÚLTIMO ANDAMENTO AÇÃO:

06.08.2025 A pedido das partes, o feito foi suspenso por 30 dias, para nova inclusão em pauta de julgamento.

Período do relatório
Agosto 2025



1180567-97.2023.8.26.0100

Histórico do processo

- **19/12/2023** – Ajuizada a ação, pela Rede D´Or buscando a anulação da cláusula 4.1 do contrato de aluguel que institui a cobrança do aluguel percentual sobre o faturamento.
- 08/01/2024 – Manifestação FII HC impugnando o pedido liminar.
- **08/01/2024** – Proferido despacho, indeferindo a tutela antecipada e intimando os réus para contestar.
- **15/02/2024** – Contestação juntada.
- **16/02/2024** – Intimada a parte autora para se manifestar da defesa.
- **12/03/2024** – Réplica juntada.
- **13/03/2024** – Dada ciência à parte ré para manifestação.
- **03/04/2024** – Petição juntada.
- **04/04/2024** – concluso para sentença.
- **19/04/2024** – Julgamento improcedente dos pedidos. Condenação da parte autora em honorários de sucumbência no importe de R\$10.000,00.
- **30/04/2024** – Embargos de declaração juntados pelas partes.
- **02/05/2024** – Rejeitados ambos os embargos de declaração.
- **28/05/2024** – Apelação juntada por ambas as partes.
- **29/05/2024** – Intimação das partes para apresentarem contrarrazões à apelação.
- **25/06/2024** – Juntada de contrarrazões por ambas as partes.
- **19/08/2024** – Autos remetidos para o Tribunal de Justiça de São Paulo, ao Colégio Recursal.
- **27/08/2024** – Distribuído e conclusos para decisão ao Relator Almeida Sampaio.
- **06/09/2024** – Juntada oposição ao julgamento virtual por ambas as partes.
- **24/09/2024** – Juntada de petição pelo Fundo reiterando as alegações das contrarrazões apresentadas anteriormente e, requerendo a juntada do acórdão em anexo, nos autos.
- **13/11/2024** – Autos conclusos ao Relator.
- **19/12/2024** – Intimada as requeridas-apelantes para complementarem o valor do preparo do recurso. Prazo de 5 dias.
- **21/01/2025** – Fundos apresentaram comprovante de complementação de preparo.
- **03/02/2025** – Conclusos para o Relator.
- **27/02/2025** – Rede Dor juntou parecer jurídico do Prof. Manoel de Queiroz Pereira Calças.
- **28/02/2025** – Conclusão ao Relator.
- **10/04/2025** – Fundo apresentou parecer jurídico do Prof Carlos Alberto Garbi.

- **25/07/2025** – Inclusão em Pauta para 07/08/2025.
- **30/07/2025** – Rede D´or reitera os pedidos formulados na apelação.
- **06/08/2025** – A pedido das partes, o feito foi suspenso por 30 dias, para nova inclusão em pauta de julgamento..

Obrigado.



2025